

16/2011

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2011 -----

----- Aos vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre da Câmara Municipal, encontrando-se presentes os senhores: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa, Dr. Jorge José Horta Revez, Dr. António José Guerreiro Cachoupo, José Rodrigues Simão e Dr.<sup>a</sup> Sandra da Cruz Gonçalves, nas qualidades, respectivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Mértola. -----

1.- ABERTURA DA REUNIÃO:- Encontrando-se presente a totalidade dos membros da Câmara, o Snr. Presidente declarou aberta a reunião eram 17,20 horas. -----

2.- FALTAS: Não se registaram faltas à presente reunião. -----

3.- APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE 06 DE JULHO DE 2011: -----

----- Nos termos do nº 4, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Snr. Presidente submeteu a aprovação a Acta da reunião da Câmara Municipal de 06 de Julho de 2011. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou, por maioria com duas abstenções, aprovar a acta. -----

----- Abstiveram-se os Vereadores Dr. António Cachoupo e Dr.<sup>a</sup> Sandra Gonçalves por não terem estado presentes na reunião. -----

4.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- Nos termos do artº 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Snr. Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. -----

4.1.- GABINETE DE APOIO PESSOAL AO PRESIDENTE DA CÂMARA – NOMEAÇÃO DE ADJUNTO: -----

----- O Snr. Presidente informou a Câmara de que, tendo retomado hoje as suas funções de Vereadora a tempo inteiro a Dr.<sup>a</sup> Sandra da Cruz Gonçalves, presente na reunião, cessou as funções de Vereador em sua substituição o Snr. Luís Manuel Martins Madeira dos Santos, e que por seu Despacho nº 207/2011, datado de ontem, o tinha novamente nomeado como Adjunto do seu Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de hoje, em virtude do mesmo ter solicitado a cessação destas funções para exercer as de Vereador em regime de substituição. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2.- ALTERAÇÃO DAS DATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA: -----

----- O Snr. Presidente informou a Câmara que, à semelhança do que tem vindo a ser efectuado em anos anteriores e considerando o período de férias que se avizinha, pelo Edital nº 230/2011, de 12 de Julho, tinha procedido à alteração das datas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, agendadas para os dias 17 de Agosto, 07 e 14 de Setembro, passando a do dia 17 de Agosto para 24 do mesmo mês e em Setembro a realização de duas reuniões ordinárias nos dias 14 e 21, ficando assim um espaço de três semanas para a realização das reuniões, com excepção das reuniões de Setembro e a primeira reunião do mês de Agosto que se manterá para o dia 03. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.3.- PROJECTO DE LAR DAS 5 FREGUESIAS – CANDIDATURA AO INALENTEJO: -----

----- O Vereador Snr. José Rodrigues disse que terminou ontem o prazo para entrega das candidaturas ao INALENTEJO e que, ao que sabe, o Projecto do Lar das 5 Freguesias não fazia parte da candidatura.

----- Que normalmente a não inclusão destes projectos prende-se com os custos de construção que são bastante elevados, ou pelos rácios que fazem por cama, sendo a despesa elegível muito baixa e as despesas que a Câmara ou eventualmente a Misericórdia têm de efectuar com este tipo de obras que são muito altas, mas que tudo isso tem a ver com as escolhas dos locais de implantação das obras, se os terrenos fossem rectos os custos seriam menores. -----

----- Que tem conhecimento que os custos com a construção deste Lar são bastante elevados, pelo que queria chamar a atenção da Câmara para que os projectos sejam melhor analisados em termos de localização e de áreas. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente disse que o Projecto do Lar das 5 Freguesia não foi candidatado ao INALENTEJO, mas não o foi pelas razões apontadas pelo Vereador, mas sim pelo facto de o projecto estar aprovado em PIDDAC e este tipo de equipamentos que são participados pelo PIDACC não permite que haja a acumulação dos dois fundos como era a nossa intenção ao candidatar ao INALENTEJO, e a Câmara teve que optar por uma delas e como o PIDDAC já está aprovado manteve-se a candidatura no PIDDAC. -----

----- Disse ainda o Snr Presidente que de qualquer das formas vai haver mais candidaturas ao INALENTEJO para este tipo de equipamentos e se a Câmara achar que o PIDACC não é a solução adequada, poderá sempre avançar para a candidatura ao INALENTEJO porque esta obra é para avançar.

----- Prosseguindo o Snr. Presidente disse que irá ter uma reunião com a Santa Casa na próxima semana, e é intenção de todos os parceiros desta obra que a mesma avance e nessa reunião iremos decidir sobre o lançamento do concurso uma vez que o projecto está totalmente revisto e está pronta para ser lançada a obra. -----

#### 4.4.- REUNIÃO COM O DELEGADO DE SAÚDE: -----

----- O Vereador Snr. José Rodrigues disse ter tido conhecimento que a Câmara marcou uma reunião por iniciativa do Snr. Presidente com o Delegado de Saúde, mas soube que a mesma foi adiada. -----

----- Que, em sua opinião, a Câmara ao marcar uma reunião com o Delegado de Saúde está a reconhecer que existe um problema e que alguma coisa não está bem na área da saúde, pelo que gostaria de saber porque razão foi adiada, se entretanto já foi marcada outra, o que se passou na reunião e o que foi dito pelo Dr. Matos. -----

----- Disse ainda aquele Vereador que o Dr. João Lemos está de férias e não se prevê a vinda dele tão depressa, o que irá trazer mais uma complicação. -----

----- Referiu o Vereador que este assunto deveria ser tratado com alguma rapidez e que gostaria de fazer parte dessa reunião. -----

----- O Snr. Presidente informou que a reunião com o Dr. Matos foi realmente marcada um dia ou dois antes de ter acontecido e não pode ser realizada por dificuldades de agenda de um dos participantes e por isso foi adiada. Que a reunião teve lugar no dia 12 de Julho e veio no seguimento de vários elementos que foram dados na última sessão Assembleia Municipal e dos compromissos que assumiu perante a Assembleia de chamar o Delegado de Saúde, o Dr. Matos, chamar alguns dos parceiros, a Junta de Freguesia, e um representante da Assembleia tendo convidado o seu Presidente, para em conjunto poderem discutir todas as questões que foram levantadas nessa Assembleia e noutras anteriores. -----

----- Disse também o Snr. Presidente que dessa reunião irá ser elaborada uma acta, de que dará conhecimento à Câmara e à Assembleia não a tendo trazido hoje porque ainda não está pronta, mas que nessa reunião foram colocadas várias questões, nomeadamente sobre os Bombeiros, a falta de médicos, os horários de funcionamento do Centro de Saúde e sobre todas as questões o Dr. Matos prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Prosseguindo o Snr. Presidente disse que aproveitou essa reunião para convidar o Snr. Delegado de Saúde a estar presente na próxima sessão da Assembleia Municipal de Setembro, tendo este aceitado desde logo o convite que lhe foi feito e demonstrado a sua disponibilidade, pensando que poderá ser útil para prestar os devidos esclarecimentos às questões que a Assembleia entender por bem levantar. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que o problema da saúde não é da responsabilidade directa da Autarquia, mas merece toda a atenção já que é uma realidade. Que há problemas de Norte a Sul do País, mas que é um tema que não deve ter aproveitamentos partidários, deve ser analisado e debatido por todos e propostas soluções. -----

#### 4.5.- LIMPEZA DO PERÍMETRO FLORESTAL: -----

----- O Vereador Snr. José Rodrigues disse que tem conhecimento de que foi limpa uma parte da estrada junto à mata, perguntando qual foi a empresa que efectuou esses trabalho se quem suportou os custos com os mesmos. -----

----- O Snr. Presidente disse que ainda não foi feita uma limpeza total na mata, a limpeza a que o Vereador se refere tem a ver com os aceiros que são normais a Câmara fazer nesta época do ano sendo

que essa parte vai ficar totalmente limpa com os mesmos, mas que há ainda uma outra parte da mata que será limpa no âmbito de um projecto da EDP que irá intervir em toda a área junto às linhas alta e média tensão e que irá também limpar, sem quaisquer custos para a Autarquia, toda a área existente junto às linhas eléctricas e que têm acácias, que está prevista no Plano de Gestão Florestal e toda essa área irá ser intervencionada. -----

----- Que esse trabalho a efectuar pela EDP acaba por facilitar a Autarquia, porque a empresa limpa parte da área que ficou por limpar pela empresa que esteve a cortar os eucaliptos e liberta a Câmara em termos de custos no que toca à limpeza da área das acácias, que como disse está aprovado no Plano de Gestão Florestal. -----

----- Concluindo disse que a parte que foi limpa até agora são os aceiros normais que são feitos e são pagos como o vêm a ser todos os anos, e os restante do empreiteiro da EDP, que tem zero de custos para a Autarquia. -----

#### 4.6.- AVALIAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS – APLICAÇÃO DO SIADAP: -----

----- Tomando a palavra o Vereador Dr. Jorge Revez disse estar preocupado porque tem ouvido muitas queixas dos funcionários da Câmara relativamente às avaliações. Que sabe que as avaliações são sempre complexas e difíceis e que nunca agrada a quem é avaliado. Que concorda que as pessoas tenham de ser avaliadas, mas têm de o ser correctamente, independentemente de gostarem ou não, mas isto não deve ser confundido com capacidade de avaliar. -----

----- Prosseguindo disse que não está a culpar ninguém, está só a fazer uma chamada de atenção porque nota em muitas das situações que a forma como são definidos os critérios levam logo à partida a que as pessoas não os consigam cumprir e a avaliação é dada de acordo com os critérios e o problema é que os critérios não foram adequadamente atribuídos às pessoas. -----

----- Disse ainda que nos últimos tempos preocupa-o mais este assunto porque parece-lhe, e obviamente terá de ser comprovado do ponto de vista médico, que há pessoas cuja saúde parece ter reflexos directos nas avaliações que são feitas, e o que lhe têm feito chegar é que não é pela avaliação que têm, mas pela forma como é feita essa avaliação. -----

----- Continuando a sua exposição referiu que como é do conhecimento da Câmara houve há pouco um acidente de serviço e há pessoas que comentam que o mesmo teve muito a ver com a instabilidade emocional em que a pessoa em causa ficou com a nota que lhe foi dada. -----

----- Que gostaria que a Câmara tivesse algum cuidado, e admite até que o tenha, mas é preciso ter atenção porque nem todas as pessoas têm capacidade de ser avaliadores, que quem é avaliador precisa de formação e não é qualquer pessoa a quem é atribuído qualquer tipo de cargo que está em condições de avaliar outra e a Câmara está, eventualmente, a prejudicar o próprio serviço, a desmotivar funcionários e a não criar condições para que haja harmonia e coesão entre os funcionários da Câmara. -----

----- Prosseguindo disse que se tem vindo a acontecer nos últimos anos, essas situações nos últimos meses têm sido cada vez mais notórias, e chamava a atenção para que a Câmara desenvolvesse um esforço para ver se isto é ou não verdade, se nota isto, se os critérios são adequados aos serviços e à capacidade das pessoas, porque o que lhe chega é que são definidos critérios e até ao final da avaliação o responsável não contacta com o avaliado, e é obrigado a isso, no sentido de ver se os objectivos estão ou não a ser cumpridos. Que isto demonstra logo uma falta de capacidade do avaliador e preocupa-o quando tudo isto se traduz em situações de saúde dos funcionários. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente disse que, relativamente à avaliação, são feitas durante o ano várias reuniões com os avaliadores formais. Que ninguém concorda com o modelo de avaliação que está implementado nem o Executivo, mas a Câmara é obrigada a cumpri-lo. Que os objectivos estabelecidos não foram ambiciosos e tentou-se que todos estivessem em sintonia nos vários serviços municipais, isto é, que os objectivos fossem os mesmos para todos os funcionários com a mesma categoria, ficando todos ao mesmo nível, independentemente do serviço. -----

----- Prosseguindo disse que há sempre tendência, quando não há nota máxima, para o funcionário achar que é injusta, e reconhece que possa haver num ou noutro caso algumas injustiças, embora sejam pontuais, mas as reclamações são normais e acontecem sempre qualquer que seja a avaliação que a pessoa tenha e muito dificilmente a pessoa se avalia pela justa forma, tendo sempre tendência em valorizar um

pouco mais o trabalho que faz e a função que desempenha. Que assim é sempre difícil aceitar a nota que é dada, excepcionando os casos em que possa haver alguma injustiça, porque admite que possa haver alguma injustiça uma vez que o próprio processo não é justo. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que não tem qualquer indicação que as notas tenham tido reflexos na saúde das pessoas, e que sendo um processo complicado e muito importante para os funcionários, diria que não é processo tão vinculativo e tão severo que leve as pessoas a terem problemas de saúde só pela nota recebida. -----

----- Que está atento e que todas as avaliações têm que ser homologadas por si, tendo tido o cuidado de reunir várias vezes com o CCA, foi falado abertamente sobre a avaliação dos avaliados que cada um tem, sendo que cada um dos avaliadores são pessoas que tem responsabilidades de chefia na Autarquia, como chefes de divisão ou responsáveis de núcleo e algumas pessoas que são avaliadores informais mas que têm também alguma responsabilidade dentro dos vários serviços e não foram escolhidos ad-hoc, foram-no porque são responsáveis pelos serviços. -----

----- Que irá mais uma vez rever com toda a atenção a classificação de cada um dos funcionários, principalmente os que têm objectivos porque os outros são avaliados pelas competências e aí não haverá muito a fazer uma vez que não é a pessoa mais indicada para avaliar funções e serviços que não acompanha todos os dias. Que fará um esforço e olhará para cada uma das avaliações e irá homologa-las ou não de acordo com aquilo que for a sua perspectiva do valor que a pessoa tem e do valor que essa pessoa teve durante o ano de 2010. Não terá qualquer problema em ir contra uma proposta de um dos avaliadores porque a sua palavra é a última e homologará ou não aqueles que achar que devem ser ou não devem ser homologados, propondo a nota que achar que é mais justa. -----

----- Tomando novamente a palavra, o Vereador Dr. Jorge Revez disse que, o que é mais flagrantes do ponto de vista da injustiça, é que são notórios alguns casos de funcionários muito bons que a Câmara tem e que não são, ano após ano, distinguidos nessa capacidade técnica que altamente têm e que isso acontece nos vários serviços da Autarquia, entendendo que há alguma falta de atenção para com esses funcionários que estão acima do normal e cujo trabalho, ano após ano, não é reconhecido. -----

----- Disse ainda que não há volta a dar ao SIADAP, e entende isso, mas o problema é a forma como ele é aplicado, porque tem conhecimento de casos em que o avaliador meia hora antes de terminar o prazo coloca a folha à frente das pessoas e diz “tens que assinar porque o prazo acaba hoje...” e o funcionário assina e isso é grave do seu ponto de vista. -----

----- Interrompeu o Snr. Presidente para dizer que nesses casos o funcionário pode-se recusar a assinar.

----- Respondeu o Vereador que o funcionário acaba sempre por assinar porque não quer criar conflitos e até porque por vezes o avaliador até é seu amigo e assim a pessoa acaba por ser prejudicada como é evidente. Que outros até entendem que a avaliação não é importante para eles, querem é desenvolver trabalho, mas no fundo acaba por prejudicá-los e não é por uma pessoa exercer um cargo de chefe de divisão ou outro cargo qualquer não quer dizer que tenha capacidade de ser avaliador. -----

----- Disse ainda que quem é avaliador tem de ter capacitação humana e técnica para o ser e nestes dois capítulos é que coloca em causa algumas das avaliações que foram dadas, e que a forma como é feita a avaliação é fundamental. -----

----- Prosseguindo, disse ainda que, a questão dos objectivos serem traçados a meio do ano, o avaliador não acompanhar sistematicamente ou pontualmente o trabalho do avaliado constitui um problema. -----

----- O Snr. Presidente disse que isso vai de acordo ao que já referiu, que assume que há injustiças no processo e do seu ponto de vista o anterior sistema de avaliação ainda acabava por ser mais injusto do que este, porque este não sendo o ideal, o outro é que avaliava os funcionários pela cara deles. Que neste, admitindo que há injustiças, pelo menos tem parâmetros que permitem controlar a nota que é dada à pessoa, e no caso referido pelo Vereador da pessoa ter assinado meia hora antes, se fosse consigo não assinava. Que existem formas de contestar, o CCA, o Presidente da Câmara e outras a que a pessoa pode recorrer se achar que foi injustiçada. -----

----- Que qualquer sistema de avaliação, este ou outro, traz sempre pessoas insatisfeitas, a Câmara já recebia reclamações antes do SIADAP, recebe com o SIADAP e há-de receber no futuro quando houver um outro esquema de avaliação, porque desde que haja avaliações há sempre reclamações e o que tem de

haver é uma atenção muito grande para ver se essas reclamações são justas ou injustas e se a justiça deve ser reposta ou concordar com quem avaliou e discordar com quem reclama, porque admite que possa haver, como já referiu, injustiças no processo. -----

5.- SITUAÇÃO FINANCEIRA:- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, verificando-se a existência dos seguintes saldos: -----

DA CÂMARA: 1.668.842,80 €;- -----

DE OPERAÇÕES DE TESOUIARIA: 9.048,03 €;- -----

TOTAL DE DISPONIBILIDADES: 1.677.890,83 €.- -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

6.- CORRESPONDÊNCIA:- Foi presente o registo de correspondência entrada e expedida desde a última reunião até ao dia de ontem, através do Programa F@cil. -----

----- Foi também presente o registo dos requerimentos de particulares que deram entrada na DOTAU desde a última reunião até ao dia de ontem. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

7.- PODER LOCAL:- -----

7.1.- PELA DEFESA DOS COMBOIOS EM BEJA – TOMADA DE POSIÇÃO:- -----

----- Foi presente um documento elaborado por um Grupo de Trabalho criado em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Beja, realizada no passado mês de Janeiro, no sentido de ser discutido e aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, a fim de ser feita uma intervenção firme e determinada junto dos órgãos competentes no sentido de se exigir comboios directos entre Beja e Lisboa, manter a ligação ao Algarve através da Funcheira e a electrificação da linha até Beja. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade subscrever o texto da tomada de posição, e remetê-la à Assembleia Municipal para decisão. -----

7.1.1.- PELA DEFESA DOS COMBOIOS EM BEJA – TOMADA DE POSIÇÃO – INTERVENÇÕES:

----- Tomando a palavra, o Vereador Snr. José Rodrigues disse estar satisfeito com o facto de este assunto ser presente a reunião de Câmara. Que em Beja, os eleitos do PS nunca se manifestaram preocupados com o problema, nem quando o mesmo foi discutido na Assembleia da República, os eleitos do PS se manifestaram sobre o assunto e congratula-se com o facto de ter vindo à reunião. -----

----- O Snr. Presidente disse que os eleitos do PS em Mértola nunca tinham tomado qualquer posição sobre este assunto e não lhe parece correcto que o problema revista um carácter partidário, porque o problema é da Região. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que este manifesto reflecte opiniões de um conjunto de cidadãos, de várias forças políticas, e que em sua opinião, é a partidarização destes assuntos que leva a que haja divisão de forças pelo que a decisão desta tomada de posição não é do PS, nem da CDU, mas sim do Órgão Câmara Municipal de Mértola. -----

7.2.- CENTRO MUNICIPAL POLIVALENTE DE CORTE DO PINTO – CANDIDATURA AO LEADER: -----

----- Foi presente a Informação NPED nº 180/2011, de 19 de Julho, do seguinte teor: -----

----- “As Grandes Opções do Plano para 2011 e anos seguintes incluem uma rubrica com a designação “Centro Comunitário da Corte do Pinto” com a previsão de uma verba de 75.000 €, que pretende mediante uma intervenção global adaptar o antigo posto da Guarda Fiscal da Corte do Pinto a Centro Municipal Polivalente, com várias actividades a desenvolver em parceria com diversas entidades que intervêm cultural e socialmente no território. -----

----- Os serviços municipais desenvolveram vários estudos de âmbito técnico para preparar a intervenção, encontrando-se neste momento em condições de apresentar a candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural, Acção 3.2.1 Conservação e Valorização do Património Rural. -----

----- O valor estimado para a candidatura é de 100.000 €, a executar em 2012, incluindo a empreitada de adaptação do edifício e equipamento do Centro Municipal Polivalente da Corte do Pinto. -----

----- As diversas actividades a desenvolver, por iniciativa da autarquia ou em parceria, a iniciar em 2013 constam de plano elaborado pelos serviços municipais e contam com as parcerias já subscritas pela Rota

do Guadiana, pela Fundação Serrão Martins, Santa Casa da Misericórdia de Mértola, Alsud, Junta de Freguesia de Corte do Pinto, Centro social dos Montes Altos e Agrupamento de Escolas de Mértola.

----- Outras parcerias podem vir a ser formalizadas com outras entidades para a dinamização das actividades de carácter social, cultural ou de natureza turística. -----

----- A elaboração dos documentos previsionais para 2012 e anos seguintes deve contemplar a estimativa actualizada da empreitada e o lançamento das actividades para o CMPCP. -----

----- Assim, sugere-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a candidatura do Centro Municipal Polivalente da Corte do Pinto e as respectivas parcerias ao Programa de Desenvolvimento Rural, Acção 3.2.1 Conservação e Valorização do Património Rural no montante de 100.000 euros.” -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar as propostas contidas na Informação acima transcrita. -----

### 7.3.- APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE SÓLIS – PEDIDO DE MATERIAIS: -----

----- Foi presente a Informação DAF/Contabilidade nº 162/2011, de 30 de Junho, do seguinte teor:

----- “Tendo em conta o ofício nº 30/2011, datado de 31/05, enviado pela Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis, onde são solicitados vários materiais para proceder ao arranjo das ruas, bem com o porto do barranco da Igreja; -----

----- Considerando que noutras situações idênticas, a Câmara deliberou nesse sentido; -----

----- Considerando que perante esta situação e tendo a Câmara disponível em armazém os materiais necessários; -----

----- Sugere-se que o assunto seja remetido à próxima reunião de Câmara, para deliberação; -----

----- Compete-me ainda informar que a quantificação do material é a seguinte: -----

- 4,8ton. Areia Lavada.....	35,42€
- 3ton Brita nº 1.....	23,91€
- 15 unid. Sacos de cimento (35Kg).....	59,00€
-100lt gasóleo.....	134,39€
Total.....	252,72€”

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade ceder os materiais solicitados. -----

### 8.- REGULAMENTOS: -----

#### 8.1.- “MERTOLA ACARINHA O TEU FUTURO” – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO: -----

----- Foi presente, para aprovação, a proposta de Alteração ao Protocolo celebrado entre a Autarquia e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola, C.R.L., em 26 de Abril de 2010, no âmbito do Projecto “Mértola Acarinha o teu Futuro”. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao Protocolo. -----

### 9.- OBRAS MUNICIPAIS:-----

#### 9.1.- EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MÉRTOLA” – CONTA FINAL: -----

----- Foi presente, para conhecimento, a Conta Final da empreitada em referência, de que um exemplar fica arquivado na pasta dos documentos anexos às actas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 9.2.- EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM CORVOS” – ADJUDICAÇÃO: -----

----- Foi presente, para conhecimento, o Despacho do Snr. Vereador com competência subdelegada, nº 1/2011, de 05 de Janeiro, através do qual adjudicou a empreitada em referência à Firma CIVILVIAS- Construções e Vias, Ld<sup>a</sup>, pelo valor de 470.645,15 € (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e quinze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal e a executar no prazo de cento e oitenta dias. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 10.- PATRIMÓNIO:-----

10.1.- LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA DO CONCELHO DE MÉRTOLA: - - -

----- Foi presente a Informação NPED nº 166/2011, de 04 de Julho, do seguinte teor: - - - - -

----- “O projecto de Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mértola, integrado na candidatura “Acções de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola” ao INAlentejo 2007-2013 Eixo 4-Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural foi aprovado e tem previsto financiamento FEDER . - - - - -

----- Conforme Memória Descritiva do projecto “O presente projecto permitirá, por um lado, mitigar as consequências resultantes da ocorrência de cheias, especialmente gravosas ao nível das pequenas bacias hidrográficas, e que se têm traduzido na inundação e destruição de habitações e de infra-estruturas urbanas, rodoviárias e hidráulicas, com perda de várias vidas humanas, para além do arrastamento e perda de consideráveis quantidades de solo arável, e, por outro lado, potenciar  a preservação dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos associados às linhas de água, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da região.” - - - - -

----- Com esta intervenção pretende a Câmara Municipal de Mértola obter os seguintes objectivos: - - - - -

- Melhorar as condições de escoamento hidráulico das linhas de água, operando devidamente o seu funcionamento, de modo a minimizar situações potenciais de risco para pessoas e bens resultantes da ocorrência de cheias; - - - - -

- Promover a recuperação dos leitos das linhas de água e a estabilidade das margens bem como dos terrenos adjacentes; - - - - -

- Proporcionar tolerância e flexibilidade face às modificações cíclicas do regime de caudais das linhas de  gua; - - - - -

- Promover a valorização ambiental dos cursos de  gua. - - - - -

----- A necessidade desta intervenção justificada na candidatura apresenta como principais causas a redução das secções de vazão das linhas de água provocada não apenas pelo incontrolado desenvolvimento da vegetação e o assoreamento causado pelo processo erosivo dos solos e por intervenções humanas incorrectas, nomeadamente, pastoreio, depósitos de entulho, etc. - - - - -

----- O presente projecto insere-se numa estratégia de actuação que tem como referência as linhas orientadoras que estão subjacentes aos Planos de Bacia Hidrográfica e ao Plano Nacional da  gua.

----- O presente projecto permitirá, por um lado, mitigar os prejuízos resultantes da ocorrência de cheias, quer em termos econ micos, quer em termos de vidas humanas, e, por outro lado, permitirá a preservação dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos associados à linha de água, potenciando a utilização dos seus recursos pelos diversos agentes econ micos da região. - - - - -

----- Em 2010 foram intervencionados 42 troços em linhas de água, faltando ainda intervencionar 7 troços, com uma extensão de 2.123 m de linhas de água, conforme mapas anexos. - - - - -

----- As acções a desenvolver consistem na modelação e preservação das linhas de água, e serão efectuadas essencialmente no leito e margens, preservando ao máximo a vegetação ripícola e constarão de: - - - - -

- Limpeza e desobstru o das linhas de águas com a remoção de obstáculos, corte e poda de arbustos e árvores que, obstruindo o leito, reduzam a sua capacidade de vazão; - - - - -

- Desassoreamento do leito, contemplando o espalhamento e transporte a depósito de alguns produtos eventualmente sobrantes, modelação e definição do leito (com recurso a maquinaria pesada). - - - - -

----- Para execução do projecto foi aberto procedimento para contratação dos serviços que está em curso e que se prevê inicie os trabalhos, logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito. - - - - -

----- Nos termos do n  5 do artigo 33  da Lei 58/2005 de 29 de Dezembro, “As medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica devem ser executadas sob orientação da correspondente ARH, sendo da responsabilidade - - - - -

a)- Dos municípios, nos aglomerados urbanos; - - - - -

b)- Dos proprietários, nas frentes particulares fora dos aglomerados urbanos;” - - - - -

----- Dado que parte das linhas de água se localizam nos aglomerados urbanos e outra parte fica fora dos aglomerados, embora interfira na vida destes, foram iniciadas diligências pelos serviços municipais no

sentido de identificar os proprietários dos terrenos a intervencionar, de forma a conseguir as suas autorizações. -----

----- Até à data foram conseguidas as autorizações da maior parte dos proprietários, contudo não tem sido possível identificar e localizar alguns dos proprietários por motivos de desactualização dos registos do cadastro. -----

----- Por este motivo e tendo como objectivo salvaguardar a intervenção em todas as linhas de água, propõe-se a divulgação destas acções que a Câmara Municipal vai levar a efeito no mes de Julho, independentemente da autorização formal dos seus proprietários. -----

----- O processo estará disponível para consulta nos serviços municipais no prazo a estipular no edital que fará a respectiva divulgação e que será publicitado nos locais públicos do costume e no site do Município.” -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar as propostas contidas na Informação acima transcrita. -----

11.- FINANÇAS E CONTABILIDADE:-----

11.1.- SÉTIMA ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011: -----

----- Foi presente, para ratificação, nos termos do nº 3, do artº 68º do Decreto-Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a 7ª alteração às Grandes Opções do Plano para 2011. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade ratificá-la. -----

11.2.- SÉTIMA ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2011: -----

----- Foi presente, para ratificação, nos termos do nº 3, do artº 68º do Decreto-Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a 7ª alteração ao Orçamento Municipal para 2011. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade ratificá-la. -----

12.- ADENDA À ORDEM DOS TRABALHOS:-----

----- Nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Snr. Presidente foi dito que se tornava necessário, por questões de necessidade de urgente deliberação, apreciar os seguintes processos não previamente agendados: -----

1.- Organização do 2º Festival da Juventude. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o aditamento proposto. -----

12.1.- ORGANIZAÇÃO DO 2º FESTIVAL DA JUVENTUDE: -----

----- Foi presente a Informação DCDT nº 43/2011, de 19 de Julho, do seguinte teor: -----

----- “A exemplo do ano transacto, e dado que a primeira edição teve bastante impacto junto dos nossos jovens, está a ser preparada a realização do 2º Festival da Juventude, a qual conta com um leque muito diversificado de actividades, conforme pode constatar-se pelo programa anexo. -----

----- Para a concretização deste evento, estima-se um custo na ordem dos 33.000,00 €, o qual engloba, também, as actividades a desenvolver no âmbito do Fórum Intercultural – Intercâmbio de Jovens Mértola/Granado. -----

----- Relativamente à exploração das bilheteiras para os concertos dos dias 22 e 23 de Julho, propõe-se que seja o Clube Náutico de Mértola a entidade responsável, dado que foi a única associação a manifestar interesse em participar nesta iniciativa. Desta forma, propõe-se que a repartição de verbas seja de 80% para o Projecto “Viagem Cultural para Jovens” e 20% para o Clube Náutico de Mértola, sendo o valor do bilhete de 1,00 € para cada uma das noites.” -----

----- Discutido o assunto a Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou: -----

a)- Aprovar por unanimidade a realização da iniciativa e a assumpção dos encargos com a mesma;

b)- Aprovar por maioria a distribuição das receitas conforme proposto na Informação acima transcrita.

----- Votaram contra a deliberação contida na alínea b) os Vereadores Dr. Jorge Revez e Snr. José Rodrigues, com os fundamentos que expuseram na sua intervenção, nomeadamente o facto de as entradas serem sempre entregues à mesma entidade, o Clube Náutico, e recebendo ainda uma parte desse valor.

12.1.1.- ORGANIZAÇÃO DO 2º FESTIVAL DA JUVENTUDE - INTERVENÇÕES: -----



----- O Vereador Dr. Jorge Revez disse que novamente e à semelhança do que aconteceu com a votação das Festas da Vila, não concorda com a postura da Câmara relativamente ao facto de serem sempre entregues ao Clube Náutico as entradas dos eventos. -----

----- Que concorda com a organização do Festival, mas não concorda com essa situação e irá votar contra a distribuição das receitas tal como é proposto. -----

----- O Snr. Presidente disse que o Clube Náutico foi a única entidade que se mostrou disponível para assumir esse serviço de entre as várias entidades contactadas e por isso cabe ao Clube Náutico a responsabilidade pelas bilheteiras do Festival. -----

13.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

----- Não havendo público presente, não foi aberto o período de intervenção do público previsto na Lei.

14.- APROVAÇÃO DA ACTA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o Snr. Presidente da Câmara declarou a reunião suspensa para efeitos de elaboração da respectiva acta eram 18,00 horas anunciando a reabertura dos trabalhos pelas 18,15 horas. -----

----- Sendo 18,15 horas e encontrando-se presentes a totalidade dos membros da Câmara presentes na reunião, o Snr. Presidente declarou reabertos os trabalhos, tendo-se de imediato passado à leitura das minutas da acta da reunião, em voz alta, na presença simultânea de todos, após o que foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

15.-ENCERRAMENTO:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o Snr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram 18,30 horas. -----

----- E eu,

Coordenadora Técnica, a redigi, subscrevo e assino.